



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.**

**CRÍTICA AOS PROGRAMAS SOCIAIS DE EMPREENDEDORISMO E SEUS  
FUNDAMENTOS LIBERAIS**

**Daniela Calderón Díaz<sup>1</sup>**

**Resumo:** Desde inícios do século XXI e com crescente força, as políticas sociais de empreendedorismo são apresentadas como uma relevante ferramenta para o enfrentamento à pobreza na periferia do capitalismo. Mostram-se como alternativas ao desemprego, relevando a possibilidade de gerar renda em liberdade. O artigo se propõe a estudar criticamente alguns elementos teóricos da Escola Austríaca de Economia, tomando a Ludwig Von Mises e ao contemporâneo Israel Kirzner, cujas propostas servem de suporte a esses discursos que, lidos desde a tradição marxista, legitimam ideologicamente a ordem capitalista, ao mesmo tempo que removem fibras de caráter ontológico à “população excedentária”, embora seja com trabalhos extremamente precários. Como exemplo concreto dessa dinâmica, toma-se um programa chileno.  
**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Desemprego; Pobreza; Políticas sociais.

**CRITIQUE OF SOCIAL ENTREPRENEURSHIP PROGRAMS AND THEIR  
LIBERAL FUNDAMENTS**

**Abstract:** Since the beginning of the 21st century, and with growing power, Social Politics of Entrepreneurship are shown as a relevant tool to face the poverty on the periphery of capitalism. They are exposed as alternatives to the unemployment, highlighting the possibility of generating income in freedom. This article proposes to study critically some theoretical elements of the Austrian School of Economy, taking Ludwig Von Mises and the contemporary Israel Kirzner, whose proposals serve as supports to these discourses that, from the Marxist tradition legitimize ideologically the capitalism order, since they remove ontological fibers on the "surplus population", although it is with extremely precarious work. As a concrete example of this dynamic, Chilean program will be analyzed.

**Keywords:** Entrepreneurship; Unemployment; Poverty; Social politics.

**Introdução**

O presente artigo pretende se aproximar aos fundamentos económicos e ideoculturais que dão suporte aos programas sociais de empreendedorismo. Para essa análise, se tomará como caso de estudo o programa chileno “Yo Emprendo Semilla” (em adiante YES)<sup>2</sup>, cujo público alvo contempla: “desocupados (cessantes e/ou que procuram

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Rio de Janeiro. Licenciada em Trabalho Social pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, Chile. E-mail: <daniela.dacd@gmail.com>.

<sup>2</sup> A tradução literal seria “Eu Emprendo Semente”. A metáfora com a semente simboliza a planta que tem que ser regada para crescer. O Estado vem sendo quem dá a semente e ensina a fazer ela dar frutos (para a subsistência) por meio do empreendedorismo.

trabalho por primeira vez), ocupado precário e inativos” (FOSIS, 2017, p.19)<sup>1</sup>, ou seja, focaliza-se na população mais pauperizada do país<sup>2</sup>.

A estrutura do programa, é apresentada nas orientações técnicas, e compõe-se de duas linhas de intervenção: a número um, foca na promoção e desenvolvimento de “conhecimentos e competências técnicas” para o gerenciamento dos futuros negócios promovidos, e também de “capacidades pessoais” empreendedoras para, supostamente, lhe dar curso e “sustentabilidade”. A linha dois, corresponde ao financiamento do empreendimento<sup>3</sup>. Ou seja, após dar aulas coletivas de “desenvolvimento pessoal” e de “capacidades empreendedoras”<sup>4</sup> ao público alvo, e também de motivar e supervisionar o planejamento do negócio, se transferem \$350.000 pesos chilenos (o equivalente a US\$535 ou a R\$1770<sup>5</sup>) a cada pessoa participante. O dinheiro só pode ser usado nos seguintes itens: “maquinarias e/ou ferramentas, matérias primas e insumos para a produção, infraestrutura, tramites e certificados, fretes e traslado da inversão adquirida, capacitação” (Idem, p.21); tal uso é monitorado pelas/os profissionais que trabalham na execução do programa, entre outras funções.

Tendo revisado a estrutura do programa em linhas gerais, cabe destacar que tal fórmula para responder ao desemprego na população antes mencionada, tem mantido continuidade com apenas algumas mudanças de nome. O programa foi conhecido anteriormente como “Programa de Reinserción Laboral y Empleo” (PRLE) de 2000 a 2006, e como “Programa de Apoyo al Microemprendimiento” (PAME) de 2006 a 2011, ou seja, eles se mantêm, promovendo por quase 20 anos trabalhos de subsistência.

As avaliações realizadas pela Direção de Orçamento (DIPRES, pelas suas siglas em espanhol) expressam continuamente a insuficiência desse tipo de programas para os fins declarados com escassos resultados positivos em termos quantitativos, pois

---

<sup>1</sup> Todas as referências e citações das fontes consultadas em espanhol, têm sido traduzidas pela autora do presente texto na tentativa de facilitar sua leitura.

<sup>2</sup> Os critérios de focalização variam entre o 40% e o 60% mais pobre do país, segundo o sistema de caracterização socioeconômica chamado “Registro Social de Hogares”.

<sup>3</sup> As aspas são usadas para ressaltar a linguagem das orientações técnicas emitidas por organismos oficiais de governo e não dão conta da perspectiva teórica da autora do presente texto.

<sup>4</sup> A saber: “Autoconfiança e independência; persistência e aceitação dos fracassos como aprendizagem; capacidade de planejamento e seguimento; procura de oportunidades e iniciativa” (FOSIS, 2017, p.15)

<sup>5</sup> Calculado no dia 11/12/17.

“no que respeita à vigência dos empreendimentos, medida pela realização de vendas nos últimos 12 meses anteriores ao questionário, um 46,4% do total dos entrevistados *declara ter vigente seu micro-empresendimento*” (DIPRES, 2009, p.34, grifos nossos). Também, “no relativo às mudanças de ingressos per capita do lar, se *observam diferenças próximas aos \$11.000 pesos mensais [US\$17 aprox.] que favorecem ao grupo-controle [versus o grupo sem intervenção do programa]*” (Idem, p.36, grifos nossos). A conclusão é que o Programa de apoio ao micro-empresendedorismo (PAME) “não constitui uma intervenção que por si só possa fazer-se cargo dos objetivos que se planteia” (Idem, p.13). E para concluir “a equipe avaliadora estabelece reparos vinculados à baixa cobertura de homens e as altas taxas de mulheres que, uma vez concluído o programa voltam ao paro, *gerando com isso baixos resultados*” (Idem, p.12).

Apesar dos deficientes impactos sobre a materialidade da vida do público alvo, a sugestão tem sido *dar continuidade* à estratégia do programa. Mas, como é possível explicar a manutenção da estratégia sendo refutado no nível mais básico seu sucesso? Como se legitima essa forma de resposta estatal ante o desemprego dessa população? Os resultados qualitativos apresentados nas avaliações dão luzes sobre isso, pois esboçam uma correlação direta entre a qualidade de vida percebida pelo público alvo e a efetividade do programa, dizendo que “respeito do melhoramento das condições de vida dos beneficiários e suas famílias, o 68,6% deles *declara viver melhor hoje do que antes de ingressar ao programa*” (Idem, p.36, grifos nossos).

Como se explica que a maior parte da população atendida possa declarar que “vive melhor” após o passo pelo programa, atribuindo-lhe um efeito causal na sua qualidade de vida atual? Se não for materialmente de forma substantiva, sob quais termos está sendo avaliado por elas/es?

A resposta, evidentemente não pode ser esboçada de modo simples, o desafio é mergulhar além das formas aparentes da realidade e tentar captar a sua complexidade e movimento; essa será a tentativa dos seguintes apartados.

No primeiro, se apresentará a leitura marxiana sobre o problema do desemprego sob o conceito de “população excedentária”, permite entender o público alvo sobre o qual tem-se falado, mas também dá luzes sobre sua dinâmica e funções respeito

da totalidade da população trabalhadora, e de como constitui uma peça chave para os interesses do capital.

No segundo, se apresentará e problematizará a influência dos postulados da Escola Austríaca de Economia na formulação do programa YES, especificamente: a concepção misisana da ação humana e do *homo agens*; a perspicácia empresarial de Kirzner, e os vínculos do anterior com as noções de concorrência, equilíbrio e bem-estar social.

Finalmente, se apresenta brevemente a leitura lukacsiana do trabalho e sua centralidade ontológica na constituição do ser social, a qual ajuda a compreender a grande aceitação da população atendida respeito dos programas de empreendedorismo, mesmo com os resultados técnicos já apresentados; complementando a estratégia estatal, lembrando o suporte material dessa construção ideológica: os/as mesmos/as trabalhadores/as na ativa e complexa re-criação da sua vida.

### **1. O público alvo como população excedentária: dinâmica e funções.**

As explicações sobre o desemprego são múltiplas, mesmo dentro da tradição liberal, que em linhas gerais, tendem a explicar o fenômeno como insuprimível, natural ou estrutural, mas controlável, indicando também possíveis vias para atendê-lo.

A *versão neoclássica* plantea o desequilíbrio entre a oferta e demanda de trabalho por causa do salário mínimo proposto pelos governos, o qual desincentivaria a contratação e obstaculizaria a auto regulação do livre-mercado para chegar ao equilíbrio, e sendo a solução ao anterior, menores salários. Por outra parte, a *versão keynesiana* explica que o desemprego se produz quando a demanda de bens e serviços é insuficiente para justificar a contratação de trabalhadores, sendo a solução disso, um clima de expectativas favorável para as vendas e também baixas taxas de juros para que por meio de empréstimos se estimule a criação de empregos. Entanto, a *versão da Escola Austríaca* indica que o desemprego é causado por um desvio entre os preços e os salários, sendo a solução uma quantidade estável de dinheiro e o livre-mercado, ou seja, uma solução monetarista.

No entanto, para Marx o desemprego corresponde a uma parte da população trabalhadora, a qual, expropriada historicamente dos meios de produção, tenta vender a

sua própria força de trabalho ao capitalista em troca de um salário que permita a reprodução da vida, mas sem conseguir fazê-lo. Em termos simples, não encontra compradores da sua força de trabalho. Mas, como se explica isto?

O autor dirá que essa população trabalhadora excedente, é uma resultante inerente à dinâmica da acumulação capitalista, pois sua lei geral explica uma tendência ao aumento do capital constante em relação ao capital variável na composição orgânica do capital, de modo que uma parte do proletariado aparece como sobrança para as necessidades da acumulação, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital: a *população excedentária*, *exército de reserva* ou também chamada *superpopulação relativa*. Ela, sob o modo de produção capitalista (em adiante MPC) resulta crescente e irreversível.

Esse grande contingente de despossuídas/os constitui um forte e poderoso mecanismo que possibilita aos capitalistas pressionar para baixo os salários da totalidade das/os trabalhadoras/es, incrementando a exploração da força de trabalho empregada. Nas palavras de Marx, a dinâmica é a seguinte:

O sobretabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, 2013, p.864)

Ou seja, os salários são determinados: pela proporção variável em que a classe trabalhadora é dividida em exército ativo e de reserva; pelo aumento ou redução do tamanho relativo desse último; e pelo grau em que é absorvida ou “liberada”.

O anterior é sua função principal, mas não a única, pois ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de mobilizar as quantidades de força de trabalho que sejam requeridas para algum ramo de produção que o demande, em qualquer momento, conforme indique a conjuntura. Essa mobilidade pode ser entre ramos, mas também pode sofrer mudanças geográficas mediante deslocamentos da produção onde a força de trabalho é mais barata ou se dispõem menos restrições à sua venda (geralmente países periféricos, como os latino-americanos). Sintetizando nas palavras de Marx, a população

excedentária “fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (Idem, p.858)

O exposto até agora explica não só que a população excedentária resulta inicialmente da dinâmica de acumulação capitalista, mas também que se torna em seguida *indispensável* ao prosseguimento dela, constituindo-se um elemento ineliminável sob esse modo de produção (NETTO; BRAZ, 2012). Desse modo, manter baixos os salários e ter à disposição uma massa de trabalhadoras/es tal como foi descrito, dá mobilidade e plasticidade ao capital. A população excedentária converte-se assim em uma das formas que ele tem para tentar evitar as crises de superacumulação produzidas pela tendência ao estancamento da sua rotatividade, embora para Marx as crises sejam inerentes ao MPC.

Agora bem, o conjunto de formas que o capital tem para tentar evitar as crises, são chamadas “causas contrariantes” ou “contratendências” (MARX, 1986). Além da formação de uma população excedentária, o autor indica também a: intensificação da exploração da força de trabalho, redução dos salários, barateamento do capital constante, a ampliação do mercado externo e o aumento do capital em ações. Todas essas ações pressupõem um sujeito tácito para ser desenvolvidas: trata-se do Estado, quem se encarrega de administrar as respostas do capital frente às crises (IASI, 2017).

Baseado no exposto, pode se afirmar que o público alvo do programa social a ser analisado (YES), compõe o enorme e crescente grupo da população excedentária, e o programa mesmo corresponde a uma *tentativa de gerenciamento estatal* dela, não para ser superada, pois dentro do MPC resulta impossível, mas sim para tentar mantê-la com as condições mínimas para sobreviver, ou seja, para garantir sua reprodução, lembrando que a força baixista nos salários e o deslocamento da demanda por força de trabalho, precisa de grandes volumes disponíveis para cumprir sua função.

Neste ponto cabe adicionar uma informação relevante. Marx têm classificado a população excedentária em três categorias. A correspondente ao público alvo é a chamada “estagnada”, pois

Forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas *com ocupação totalmente irregular*. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. *Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora*, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas

características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. (MARX, 2013, p.873, grifos nossos)

Elevar os níveis de qualidade do trabalho superando a situação de precariedade não é nem de longe a intenção do programa, pois nada assegura a sustentabilidade do empreendedorismo que se promove. A condição irregular da ocupação, faz parte das incertezas e os riscos a gerenciar por parte da pessoa, que será responsável de criar o próprio sustento por meio do autoemprego, ou seja, despossuída de qualquer relação trabalhista formal que garanta os seus direitos nesse plano. Por outro lado, quem tem e faz parte do exército ativo, com condições trabalhistas mínimas, ao observar as condições laborais dessas/es trabalhadoras/es jogados à sobrevivência, tenderá a aceitar aquele mínimo.

O programa YES, configura-se como uma solução precária, superficial e imediata à população excedentária, que ajuda ao Estado a se legitimar ante os olhos da população geral, mostrando uma “benevolente preocupação” pela população “mais vulnerável” por meio da promoção da ideologia do empreendedorismo.

A continuação, apresentam-se os estreitos vínculos entre a formulação do programa e os postulados econômicos da Escola Austríaca de Economia, especificamente se tomarão as ideias de Ludwig Von Mises e Israel Kirzner.

## **2. “Todo mundo pode empreender”**

Em linhas gerais, e como foi exposto, o programa YES baseia-se na capacitação ao público alvo sobre empreendedorismo<sup>1</sup> e também sobre educação financeira, para posteriormente passar à etapa de criação de um plano de negócios por escrito. Supõe-se que por meio desse exercício, as pessoas aprenderão a fixar objetivos e a racionalizar a maneira de alcançá-los, “captando” os recursos disponíveis, detectando dificuldades e “exercitando a criatividade”, mas com critério de realidade. Em definitiva, desenvolvendo o seu próprio meio para gerar renda, num exercício teleológico condicionado pela quantidade de dinheiro que o Estado outorga sob forma de transferência monetária dirigida (devido a que só pode ser gastado nos itens especificados nas bases do programa).

---

<sup>1</sup> Seguindo as orientações do modelo de Jeffrey Timmons, quem se baseia em que as capacidades são adquiríveis, e não na seleção apriorística de pessoas como que se conhecia anteriormente como “capacidade empreendedora” inata.

Cabe mencionar que, em total, se dispõem de 52 horas cronológicas para as capacitações e a formulação do plano de negócios, as que devem ser organizadas da forma mais eficiente possível pelas entidades executoras (FOSIS, 2017).

Posteriormente às compras dos meios necessários para iniciar o empreendimento, as/os profissionais a cargo da execução fazem duas sessões de acompanhamento técnico, adicionando assim as 3 horas que concluem o processo, o qual finaliza sem monitoramento *ex-post* para avaliar a sustentabilidade dos negócios quando estes se encontram em curso. Em total, desde o início até o fechamento administrativo, o programa está sugerido para ter uma durabilidade de 9 meses. Porém, a fase de seleção e diagnóstico tem como prazo estimado 1 mês, entanto que o fechamento administrativo corresponde a 2 meses, restando somente 6 meses para capacitar, elaborar o plano de negócios, comprar os materiais e instrumentos estipulados e aprovados<sup>1</sup>, e começar com a concreção do empreendedorismo. Em definitiva, trata-se de um programa *express*.

Mas, quais seriam os conteúdos planteados pela Escola Austríaca presentes no programa descrito? Vejamos.

O primeiro aspecto a destacar, é enfatizado constantemente na obra de Ludwig Von Mises: a pretensão de situar os problemas econômicos dentro da “praxeologia”, basicamente uma ciência que se dedica a estudar a lógica da *ação humana*. Sendo esse seu objeto, se traduz que Mises reduz à mínima expressão o campo de estudo dos fundamentos da economia por meio do *individualismo metodológico*<sup>2</sup> afirmando que “os entes coletivos operam, ineludivelmente, pela mediação de um ou vários indivíduos” (MISES, 1986, p.78), e, portanto, careceriam de realidade própria e independente das ações dos seus membros. Sobre essa base, tenta uma renovação teórica da economia pela via *subjetivista*.

Nessa linha, o autor propõe que a ação humana é por essência *racional*, e que corresponde simplesmente à expressão da sua *vontade*, sempre orientada a procurar o

---

<sup>1</sup> A equipe executora em terreno, divide os tempos para acompanhar às 25 pessoas participantes na compra dos materiais e instrumentos, mas nas bases técnicas da proposta, não se detalha a quantidade de horas semanais pelas quais são pagas/os essas/es profissionais, nem a quantidade concreta de pessoas destinadas a estas tarefas. Isto dá conta de dois aspectos: a precariedade laboral das/os profissionais das entidades executoras (do chamado terceiro setor) e do escasso tempo efetivo de presença do programa no processo da “criação do negócio, a maior parte dele é só a espera para fazer uso do dinheiro correspondente e a tentativa de implementação.

<sup>2</sup> Sob evidente inspiração weberiana.



*bem-estar próprio*, ou seja, “substituir um estado menos satisfatório por um outro melhor” (Idem, p.38). Daqui podem se extrair dois elementos medulares: 1) a concepção de ser humano: o *homo agens* misiano, quem se encontraria dotado/a *inerentemente* da *capacidade para identificar* os meios que lhe levariam a mudar sua situação de mal-estar no presente para uma promissória situação futura, escolhendo os mais idôneos para alcançar os fins desejados; 2) a *centralidade da eleição* orientada pela razão. Não basta com identificar os meios, tem que se tomar decisões, respeito deles e sua eficácia para conseguir os objetivos, em outras palavras “todo estudo económico têm que começar pelos atos de *optar e preferir*” (Idem, p.21, grifos nossos). Isto indica que a ação humana mesma tem como consequência inevitável a renúncia de outras alternativas possíveis. Portanto, se oferece de modo subjacente a explicação sobre o fracasso: se não deu certo, foi simplesmente por causa de uma escolha errada. No caso do empreendedorismo “as perdas e os ganhos *dependem exclusivamente da capacidade ou incapacidade do empresário* para adaptar a produção à demanda dos consumidores” (Idem, p.454, grifos nossos).

Com isto se apagam as determinantes contextuais que atuam limitando os meios para agir, e de passo declaram que a produção tem que ser guiada e comandada pelo monitoramento do consumo, já que os preços ilustrariam aos produtores sobre o que, como e quanto deve ser produzido. Do anterior, conclui Mises que a mesma concorrência interpreta seria uma “oportunidade para servir aos consumidores de um modo melhor e mais barato” (Idem, p.424).

Israel Kirzner (1998), dentro da mesma Escola Austríaca, aprofundou nos antigos postulados de Mises, destacando o que chamou de *perspicácia empresarial*; componente ao qual daria à ação humana um *caráter ativo e criador*<sup>1</sup>, na procura dos meios idôneos para a consecução dos fins. Kirzner sublinha a ignorância inicial dos atores sobre o entorno, mas conforme agem, aprendem, devido a que adicionam informação que lhe permitirá decidir no futuro. Isto supõe uma dinâmica constante de aprendizagem por meio de ensaio e erro, seguindo a lógica popperiana.

---

<sup>1</sup>A Escola Austríaca tenta elaborar uma crítica aos neoclássicos dizendo que já não se pode interpretar a decisão humana como um mero cálculo, em meros termos de maximização, isto é considerado agora passivo e mecânico, como se os meios estivessem dados.

Tanto Mises quanto Kirzner tentam universalizar a possibilidade do empreendedorismo e semeiam um discurso esperançoso, autoconfiante e competitivo, pois “*todo mundo pode ser empresário*; basta com que o interessado *confie* na sua própria capacidade para prever melhor que os demais as futuras condições do mercado” (MISES, 1986, p.476, grifos nossos). Ou afirmando que “*todos os autores de decisões estão dotados do elemento empresarial, pelo menos num certo grau*” (KIRZNER, 1998, p.8, grifos do autor). A mensagem transmite que só basta com tentar para ter sucesso, simplesmente porque toda pessoa é *pela sua natureza humana*, capaz. Mas às vezes os argumentos se contradizem, alguns se baseiam na capacidade racional e outros apelam à confiança e à sorte<sup>1</sup>, o suporte deste componente é a afirmação do inevitável caráter especulativo da decisão humana em um contexto de incertezas, em palavras de Mises: “[...] na própria noção de ação encontra-se implícita a incerteza do futuro” (1986, p.173).

Retomando. Kirzner propõe um elemento adicional em reforço da arenga que convoca todo mundo a empreender, e que é especialmente relevante para o público alvo do programa YES: ser despossuída/o não é um problema, pois “[...] o descobrimento de uma oportunidade de ganancia *significa o descobrimento de algo que se pode obter em troca de nada*. Não se requer investimento nenhum [...]” (KIRZNER, 1998, p.11, grifos do autor), basta perspicácia. Para explicar isto, se cria uma situação ideal na qual analisa por separado o capitalista do empresário, embora na realidade possam ser a mesma pessoa<sup>2</sup>, de modo que segundo o autor

[...] há que considerar a propriedade e a empresarialidade como funções completamente diferentes [...] temos excluído ao proprietário do capital, de toda função empresarial. As decisões puramente empresariais são reservadas por definição aos autores de decisões *embora não possuam nada*. (Idem, p.11, grifos nossos)

---

<sup>1</sup> Dizendo, por exemplo que “[...] frente a todo mundo se apresentam oportunidades para provar sua sorte” (MISES, 1986, p. 476)

<sup>2</sup> Afirmando que “[...] analiticamente, a função puramente empresarial no se identifica com a do capitalista [...] A oportunidade de ganho requer investir capital. No entanto, segue sendo correto insistir que o empresário em quanto tal não precisa investimentos de nenhum tipo [...]” (KIRZNER, 1998, p.12), e adiciona que “[...] é claro que *pode acontecer que o empresário possua recursos* (ou dinheiro) e que ache proveitoso financiar as suas próprias operações. Em outras palavras, o mesmo indivíduo pode ser empresário e capitalista” (Idem, ibidem, grifos nossos).

Finalmente, Kirzner sugere que as mudanças geradas pela atividade empreendedora, contribuem ao equilíbrio dos mercados<sup>1</sup>, ajustando os elementos discordantes ocasionados pela ignorância previa. Boa parte da teoria econômica liberal diviniza a noção de equilíbrio afirmando que é desejável para a sociedade em conjunto. Pelo que o empreendedorismo assim planteado, reforça o mito liberal (IASI, 2017) o qual sugere que, por meio de um conjunto de ações movidas por interesses egoístas e individuais, vai se contribuir ao interesse geral, ou seja, ao bem-estar da sociedade inteira. Desse modo, o empreendedorismo seria considerado um dos componentes também desejáveis na procura do anelado e místico equilíbrio, legitimando tanto as ações quanto os atores que as promovem, neste caso, o Estado pela via dos programas sociais.

O exposto até agora sobre os postulados de Mises e Kirzner, conformam o sustento do discurso teórico liberal da promoção e o ensino do empreendedorismo, tal como é feito com o público alvo do programa YES. Ele contém um marcado ênfase no indivíduo e na racionalização das ações que se precisam ao momento de empreender um projeto concreto orientado a um fim: a subsistência.

Quem faz parte do programa, se vê motivado a mudar o precário estado atual da sua realidade material, e com sentido de urgência devido à situação de desemprego. Ante isto, recebe como resposta uma leitura simplificada, embora esperançosa, da realidade: tendo nada pode-se obter tudo, identificando, acordando e treinando a perspicácia empresarial (apresentada sob diversos nomes e formas), e incluso facilitando a obtenção de meios (transferência monetária) para não ter que começar desde zero; capacitando e monitorando o plano de negócios nas suas primeiras etapas.

Sem sair do registro liberal, Mises enfatiza que “[...] nem o inovador nem o inventor se engendram nas aulas [...]” (1986, p.476), sublinhando a importância da experiência para ter sucesso. O detalhe é que o programa é tão breve que não contempla mecanismos em pós da sustentabilidade desses negócios. Então, o que vai acontecer se

---

<sup>1</sup> Lembrando que para a Escola Austríaca não se trata de “[...] um mecanismo imaginário que entregue certezas em todo caso sobre a convergência ao equilíbrio, mais sim a existência de importantes tendências em os mercados que levam a que se descubram e explorem oportunidades de benefício que empurram o mercado em geral à direção do equilíbrio” (KIRZNER, 1998, p.277). Aliás, essa versão sobre o empreendedorismo e suas consequências no equilíbrio, refuta a oferecida por Joseph Schumpeter, quem basicamente aposta pelo efeito contrário: o empreendedorismo por meio do componente inovador, tende a desequilibrar os mercados.

não der certo? Como continua “empreendendo” quem apenas procura o sustento para reproduzir sua vida e a de sua família? Como o faz se não consegue (nem conseguirá) concorrer com os preços dos grandes monopólios transnacionais? Como continua quem não pode voltar a postular aos fundos públicos por já ter sido parte da população atendida? A resposta oferecida é simples e macabra, lembremos: as escolhas sempre serão de exclusiva responsabilidade de quem as pense e execute, tanto o acerto quanto o erro são consequência individual.

Mesmo assim, em contraste com a tradicional cara do assistencialismo, o ensino do empreendedorismo é bem avaliado pela sociedade, pois o Estado “ensina a pescar” e até “dá o dinheiro para comprar a cana que se precisa para fazê-lo”.

O objetivo é claro: abaratar os custos do orçamento público fazendo um programa breve que abranja um grande volume da (super)população (relativa) para ser atendida, e responsabilizando ela mesma do fracasso, invisibilizando a dinâmica própria do MPC. Dessa maneira, as estatísticas de emprego por um lado, e de cobertura de políticas sociais por outro, legitimam os governos internacionalmente, sem um resultado concreto e efetivo no famoso “combate à pobreza” nos limites do sistema atual.

Sobre a pobreza como possível limitação, Mises diz: “os começos, possivelmente, sejam mais difíceis para o menino pobre que para o filho do rico. O que acontece é que os consumidores não se importam com os respetivos inícios dos fornecedores” (Idem, p.425), e agrega que “a igualdade de oportunidades *carece de transcendência* nos combates e nos concursos de beleza, como em qualquer outra esfera onde há competência, seja de índole biológica ou social” (Idem, p.424, grifos nossos). Desse modo, primeiro Mises e logo Kirzner farão referência, mais cedo ou mais tarde, à suposta “chave mágica” do sucesso individual: a perspicácia.

Mas como é possível que semelhante discurso seja validado considerando a pobreza dos argumentos e o peso dos resultados concretos antes expostos? Karl Marx e György Lukács concedem algumas explicações sobre as profundas raízes do trabalho nos seres humanos.

### **3. O trabalho como constitutivo do ser social e seus nexos com a liberdade.**

Observando concretamente a participação das pessoas no programa YES, não pode ser negado que no processo de criar e sustentar um empreendimento, se tem um

desgaste de energia humana, de força de trabalho<sup>1</sup>; se ocupa tempo diário na tentativa de conseguir o dinheiro que permita reproduzir a própria vida; se exploram e pulem capacidades humanas conforme se desenvolve um processo teleológico que faz uso de diversos meios e instrumentos; se faz parte da dinâmica de acumulação do capital por meio do consumo produtivo em micro escala, criando valor, e também da participação na circulação de mercadorias, as quais satisfazem necessidades do estomago e da fantasia (MARX, 2013). O que não pode ser negado nos empreendimentos, em definitiva, é o trabalho. Evidentemente sob formas diferentes à fábrica estudada inicialmente por Marx, mas trabalho no contexto do século XXI.

As pessoas se vêm trabalhando, se vêm ativas na sua cotidianidade, focando boa parte dos seus esforços e da sua rotina diária no empreendimento, se vêm criando as condições para reproduzir seu próprio ser. Isso, tão simples e ao mesmo tempo profundo, é o que movimenta o programa, pois recoloca à trabalhadora e ao trabalhador em contato com o que define aos seres humanos.

Desse modo, a tradição marxista situa a categoria do trabalho no coração das suas explicações. Ele toca fibras profundas, pois é a atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diferente dos seres naturais inorgânicos e orgânicos. O ser humano para Marx é o único animal que com a fabricação de instrumentos de trabalho amplia as suas potencialidades e consegue os fins prefigurados, num exercício teleológico. Ou seja, antes de fazer, antes de agir, o ser humano tem na sua consciência o que executará, para posteriormente dar curso à ação mesma e realizar o pré-concebido. Os animais não capazes de alterar conscientemente a pre-disposição genética de suas atividades. Desse modo o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana já que por meio dele se afasta das barreiras naturais criando um ser auto-fundado: o ser social (MARX, 2013; LUKÁCS, 2013).

O ser humano não só se transforma lá, numa temporalidade distante e originária, mas sim também no cotidiano do trabalho, transformando paulatinamente possibilidades em habilidades graças à mesma atividade, num desenvolvimento contínuo que permite o amadurecimento de novas possibilidades. Ou seja, se aperfeiçoa pelo e no

---

<sup>1</sup> Definida como “[...] complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p.312).

trabalho, cresce, se humaniza (LUKÁCS, 2013). É essa possibilidade que interpela à pessoa desempregada. É essa a opção que se oferece sob a forma do empreendedorismo quando não se consegue vender a força de trabalho no mercado. Mesmo o programa YES tendo consecutivos maus resultados em termos estatísticos, *representa um avanço concreto* para a vida das pessoas que participam dele, sendo o resultado do empreendimento mais ou menos quantioso, mais ou menos transitório, mais ou menos favorável ao capital. Quem precisa de comida no prato no dia seguinte, aceita a proposta estatal de boa maneira, deixando-se seduzir (ou não) pelas as brilhantes cores com as quais é publicitada.

Neste ponto vale a pena chamar a atenção sobre outro elemento altamente atraente respeito do empreendedorismo e que têm se transformado em um dos seus principais cartões de apresentação: a “liberdade” e “autonomia” que concede, em comparação ao trabalho assalariado. A vertente liberal aponta: “consideramos *livre*, desde um ponto de vista praxeológico, ao homem *quando pode optar entre atuar de um modo ou de outro*, quer dizer, quando pode pessoalmente determinar seus objetivos e eleger os meios que estime melhores” (MISES, 1986, p.429, grifos nossos). Portanto, aparentemente, o empreendedorismo calça perfeitamente com a promessa de liberdade.

A tradição marxista, por outro lado, critica a enorme distancia que tem a explicação liberal com a materialidade, pois “se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia” (LUKÁCS, 2013, p.101). Para rebater, se acentua a impossibilidade de eleger sem restrições, seguindo meramente à vontade, pois a as eleições se encontram de fato limitadas por determinantes externos e alheios a ela. Lukács o expressa enfaticamente:

[...] a *interação íntima e indissolúvel de determinidade e liberdade* que caracteriza o pôr teleológico deve manter-se sempre. As proporções podem mudar muito, até dar margem a mudanças qualitativas, *mas a estrutura geral de fundo não pode mudar essencialmente*. (LUKÁCS, 2013, p.111, grifos nossos)

A verdadeira liberdade para ele, e seguindo a Marx, abrange muito mais do que o mero plano económico, mas envolve o sentido político, ético e moral, entanto que o trabalho no seu sentido mais amplo (abarcando a genericidade humana e fora de um

sistema de produção que explora a uns em benefício de outros), é libertador e capaz de desenvolver na sua máxima expressão ao ser humano.

A liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza, primitiva, limitada; isso não altera o fato de que também *a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada* com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do trabalho mais primitivo, e que o seu resultado, não importa o grau de consciência, tenha, em última análise, o mesmo conteúdo: *o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, puramente natural*. Nesse sentido, acreditamos que o *trabalho possa ser realmente entendido como modelo de toda liberdade* (Idem, p.114, grifos nossos).

O que distingue substantivamente ambas explicações são dois aspectos: 1) uma compreensão coletiva ou individual do trabalho, e 2) a tentativa liberal de apagar o caráter classista do atual modo de produção, no qual uns exploram a outras/os despossuídas/os de meios de produção para logo se apropriar, concentrar e centralizar a riqueza produzida por elas/es.

### **Considerações finais.**

Fora os pontos em destaque, o relato sobre o trabalho se reveste de uma aparência perigosamente similar: planejar teleologicamente (racionalmente) um fim, e usar meios para conseguir o objetivo traçado (que primeiramente é a subsistência), e é o que faz a ideologia do empreendedorismo: a exaltação da individualidade, profundamente arraigada nele, apaga o caráter social do trabalho, e de passo, obstaculiza as possibilidades de dar forma à consciência de classe.

Desse modo o programa social YES, contribui de mais uma forma aos interesses do capital, sendo a “superação da pobreza” um mero slogan propugnado pelos órgãos multilaterais internacionais, que impulsionam com cada vez mais força o empreendedorismo como alternativa de solução, e que de fato, *está sendo* para a população atendida, quem, no imediatismo do pauperismo, escassas opções têm.

Como foi esboçado no primeiro apartado, enquanto permaneça o modo de produção capitalista, a tendência é o aumento da população excedentária é consequência inerente dele mesmo, portanto, a superação da pobreza por via do empreendedorismo é uma ilusão que satisfaz uma série de interesses alheios à classe trabalhadora em seu conjunto. Por enquanto, um mitigador fraco, transitório e pouco sucedido, da fome no país, e também nos países periféricos nos quais se promove a mesma solução.

## Referências

- DIPRES. **Evaluación en profundidad programas de microemprendimiento**. Santiago de Chile: Statcom consultores, 2009
- FOSIS. **Bases de Licitación Pública Yo Emprendo Semilla 2017**. Santiago de Chile, 2017.
- IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.
- KIRZNER, Israel. **Competencia y empresarialidad**. Madrid: Unión, 1998.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro III**. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo., 2013.
- MISES, L. **La acción humana**. Madrid: Unión, 1986.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social).